



ATA Nº 14

12 de dezembro de 2019

Local

Centro Social e Cultural do
Bom Sucesso

EP
Alverca
17

ATA Nº 14

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e seis minutos, reuniu em sessão ordinária, no Centro Social e Cultural do Bom Sucesso, a Assembleia de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

A referida sessão foi presidida pela eleita Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina, e secretariada pela eleita Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo, primeira secretária e a eleita Maria Isabel Cavaleiro como segunda secretária.

Estiveram presentes os seguintes eleitos:

MESA DA ASSEMBLEIA

Carlota do Nascimento Borges Bernardo de Pina
Maria de Fátima Marte Cachado Silvestre Bernardo
Maria Isabel Cavaleiro

BANCADA CDU

Maria Fernanda Gomes
João de Almeida Mendes
António Anastácio
João Batista Arcadinho
António Carlos Dias

BANCADA PS

Isabel Alexandra Garcia Barbosa dos Santos
Maria Manuela Constantino Garcia Barbosa dos Santos
António Espada Pereira
José Manuel Morais Chumbo
Joana Isabel de Araújo Freitas Simões
Luciana Maria Maia Nelas
Rita Merenda

BANCADA BE

Amândio Delfino
Rita Margarida Oliveira Aleixo

BANCADA CM

Pedro Manuel Silva Alves

BANCADA CDS

Rui Manuel Valadas Marques

EXECUTIVO

Carlos Manuel Gonçalves
Fernando Manuel da Encarnação Santos Caio

CP
J. Filipe Soares
A

José Carlos Godinho Romão
Carla Alexandra Rebocho Tavares
Joaquim José Cunha Carreira
Vitor Manuel Guterres Torres
Pedro Filipe Faria Ferreira

A Presidente da Assembleia Carlota de Pina, iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes e agradecendo ao Centro Social e Cultural do Bom Sucesso pela disponibilização da sala para a realização da última Assembleia de Freguesia do ano de dois mil e dezanove.

Logo após passou a informar das substituições na bancada da CDU, dizendo que os eleitos Maria Fernanda Neves Dias Comenda e António Augusto Marques Sequeira, tinham sido substituídos pelos eleitos Maria Isabel Cavaleiro e António Anastácio respetivamente, tendo solicitado à eleita Maria Isabel Cavaleiro que tomasse o seu lugar na mesa da Assembleia.

Na bancada do PS informou da substituição dos eleitos João Pedro Pinto Baião e Luís Nuno Monteiro Carvalho, pelos eleitos António Espada Pereira e Rita Merenda respetivamente.

Na bancada do BE a substituição do eleito João Alexandre Pires Fernandes pelo eleito Amândio Delfino.

A Senhora Presidente solicitou às bancadas que todos fizessem um esforço para não ultrapassar o tempo previsto de sessenta minutos para as intervenções no período antes da Ordem do Dia, tendo também solicitado a introdução de mais um ponto relativo ao Regulamento do Orçamento Participativo.

Não havendo qualquer impedimento da parte das bancadas relativamente à introdução deste ponto, deu início ao Período antes da ordem do dia, solicitando às bancadas procedessem às inscrições.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que cumprimentou todos os presentes e referindo a intervenção da Senhora Presidente disse serem muitos pontos e alguns com carácter relevante para informação do público presente, pelo que solicitava que os pontos seis e sete da ordem de trabalhos fossem debatidos logo após a informação escrita do Senhor Presidente.

A Senhora Presidente da Assembleia questionou as bancadas bem como o Executivo para esta alteração, tendo a mesma sido aceite por todos.

O eleito José Chumbo continuou a sua intervenção referindo que em maio tinha feito chegar à Junta alguns requerimentos e que finalmente após vários meses tinha recebido finalmente a resposta.

Começou por falar sobre uma informação da CDU publicada nas redes sociais em que informava o fecho da agência do Crédito Agrícola no Sobralinho e que nessa mesma informação era referido o encerramento da Junta e dos CTT. Mais disse não ser verdadeira esta informação pois existia uma delegação a funcionar pelo que teria de haver cuidado quando se escrevia e publicitava.

Referiu também que a Junta tinha emitido um comunicado informando que o multibanco se iria manter a funcionar independentemente do encerramento do balcão no Sobralinho e questionava o Senhor Presidente da Junta que medidas iriam ser tomadas sobre esta situação do Crédito Agrícola, visto o mesmo ter referido uma reunião com aquela Entidade a dia dezanove de novembro quando já tinha emitido um comunicado em outubro.

Sobre a nova imagem da Junta disse ter sido surpreendido com um novo logotipo já oficial não tendo sequer a Assembleia qualquer conhecimento sobre a situação e que no website da Junta continuava a manter-se o logotipo antigo, razão pela qual solicitava alguns esclarecimentos.

Referiu a informação da Junta sobre a limpeza de sumidouros que disse ser importante mas deixava a

EP
Pedro Soares
47

nota que durante as chuvas ocorridas recentemente, tinha havido problemas com entupimento de sumidouros em Arcena e que provocaram inundações pelo que pedia ao Senhor Presidente se pronunciasse sobre esta situação.

Usou da palavra o eleito João Mendes da bancada da CDU que cumprimentou todos os presentes e referindo a Regueira do Bom Jesus no Sobralinho, informou ter andado uma Empresa a fazer a limpeza dentro da regueira com uma máquina, a cortar canas, não tendo sido retirados a maior parte dos lixos que ficaram depositados no fundo da mesma. Mais disse que apesar do caudal de água ser pouco o depósito de lixos estava a fazer estagnação de águas com os consequentes maus cheiros, perguntando ao Senhor Presidente da Junta se tinha conhecimento da situação e se a resolução desta situação era da responsabilidade da Câmara Municipal.

Interveio o eleito Pedro Alves da bancada da CM que perguntou ao Senhor Presidente da Junta qual tinha sido o critério de seleção das ruas escolhidas para colocação de iluminação de Natal e que também gostaria de saber o porquê de este ano a zona do mercado não ter iluminação. Perguntou ainda e devido ao período de festividades de natal e ano novo e o consequente aumento de lixos, se havia algum plano de contingência para salvaguarda deste problema.

Usou da palavra a eleita Rita Aleixo do BE que começou por congratular finalmente haver transmissão online da Assembleia, medida que a sua bancada pedia desde há dois anos e que tinha sido importante a sua implementação para a Democracia e uma maior participação. Disse ainda que esta não era uma medida pioneira pois tanto em Vila Franca de Xira como na Póvoa de Santa Iria já era uma realidade.

Sobre a intervenção do eleito José Chumbo disse partilharem da mesma opinião e que um ponto da importância que era o Orçamento devia ser discutido no início dos trabalhos quando havia a presença do público e também da Comunicação Social.

Disse lamentar que a três dias da realização da Assembleia e inclusive no próprio dia ainda estivessem a receber documentos, pois os eleitos tinham de se preparar e deviam ter acesso a toda a documentação atempadamente.

Sobre a cultura na União de Freguesias e o tema das vivendas das OGMA, disse que eram fatores preocupantes. Referiu que a treze de novembro em declaração feita pelo Senhor Presidente da Junta, o mesmo tinha dito que a Cidade de Alverca não tinha uma biblioteca digna que permitisse o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, nem um auditório para realização de eventos. A sua bancada considerava serem situações relevantes e que o Senhor Presidente da Câmara as devia ter em conta, mas o mesmo em declarações ao Mirante em dezembro do corrente ano disse que o fator primário era recuperar os edifícios e colocá-los para arrendamento a jovens no sistema de renda apoiada, razão pela qual não lhe parecia que pudesse vir a ser o local mais indicado para colocação de uma biblioteca.

Mais disse ainda que seria bom agendar-se uma reunião da Comissão de Cultura e Desporto para em conjunto se analisar esta situação e se exigir uma solução para este impasse.

Passou à leitura da **Moção “ Contra o Encerramento do Teatro Estúdio Ildefonso Valério “** registada com a letra **C**.

Seguidamente e sobre a questão da mobilidade na Freguesia referiu já terem sido feitos alguns rebaixamentos de passeios mas que havia zonas em que ainda nada tinha sido feito e que estava orçamentado, referindo-se à Rua José Antunes, aos semáforos frente aos Bombeiros, ao Centro Comercial Scala, à Rua Catarina Eufémia e à Igreja dos Pastorinhos, dizendo que nestes locais não havia quaisquer condições de acessibilidade.

Terminou a sua intervenção dizendo que tendo em conta estarem no Bom Sucesso, deixava a pergunta ao Senhor Presidente da Junta se havia alguma previsão para a reposição de asfalto na Estrada de Arcena.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que cumprimentou todos os presentes passando a dizer que trazia quatro pontos para apresentar e iria passar ao primeiro ponto relacionado com

JP
ffat - Sauced
7

estacionamento e segurança rodoviária começando por referir que se continuava a verificar um estacionamento desordenado com todos os problemas que daí adviam.

Referiu que o Senhor Presidente da Junta numa Assembleia anterior tinha dito que este problema tinha a ver com a falta de civismo, pelo que tendo em conta esse fator a Junta deveria desenvolver mais campanhas de sensibilização juntas das pessoas.

Falou do Impasse B, situação que disse estar caótica em estacionamento pondo até em risco o acesso em alguma situação de carácter de urgência, pedindo que junto da PSP fosse solicitado uma maior fiscalização e intervenção naquela área.

Sobre a Malva Rosa disse continuarem os problemas e o facto de ter sido colocado o sinal de trânsito proibido não estava a ser respeitado mantendo-se a circulação de veículos, e que a não colocação de pilaretes para impedir o estacionamento levou à situação que estava a ocorrer na Praça Engenheiro Vaz Guedes.

Relativamente à rotunda na Estrada Nacional 10 com a Rua projetada ao Choupal disse que independentemente de já haver informação de que aquela área iria ser objeto de avaliação na reformulação da EN 10, referiu que era urgente esta resolução pois continuavam a ocorrer acidentes no local e solicitava ao Senhor Presidente da Junta que junto da Câmara Municipal e das Infraestruturas de Portugal insistisse para a resolução deste problema.

Sobre segurança falou das passadeiras desativadas que foram pintadas a negro e que começavam novamente a estar visíveis com as consequências graves que daí podiam surgir, referindo a passadeira que existia na Rua Catarina Eufémia com a Rua Infante D. Pedro.

Sobre saúde pública começou por referir o problema da praga de pombos dizendo que efetivamente a Junta tinha desenvolvido programas de sensibilização junto da população mas não tinha surtido o efeito desejado, pedindo ao Senhor Presidente da Junta outra tomada de medidas a fim de se colmatar este problema.

Sobre a praga de baratas disse a mesma ter assolado praticamente toda a Freguesia quer em habitações quer em estabelecimentos comerciais durante o mês de outubro, altura do ano em que já não era previsível acontecer, o que mais uma vez provava que os métodos que estavam a ser utilizados não eram eficazes, pedindo que o Senhor Presidente da Junta insistisse junto da Câmara Municipal sobre esta situação.

Sobre a mobilidade deixava uma sugestão a fim de que pudesse ser feita uma avaliação à Rua Brigadeiro Alberto Fernandes com a Rua Cidade Devnia, pois para além da falta de visibilidade naquele local a marcação do pavimento também já não era visível nem era a mais adequada.

Terminou a sua intervenção dizendo que os contratos publicados continuavam a não estar com os cadernos de encargos disponíveis pelo que iria fazer chegar à mesa um pedido por escrito a fim de que todos os cadernos de encargos dos contratos do ano de dois mil e dezanove fossem enviados para todas as bancadas.

Usou da palavra a eleita Manuela Santos da bancada do PS que cumprimentou os presentes passando a ler uma **“Saudação “ à União Desportiva e Cultural da Aldeia do Sobralinho**, registada com a letra B.

Seguiu-se intervenção da eleita Fernanda Gomes da bancada da CDU que referiu a ocorrência dos maus cheiros sentidos na Freguesia bem como no Sobralinho e em Alhandra e que têm causado desconforto e mau estar a toda a população, perguntando ao Senhor Presidente da Junta se já tinham recebido alguma informação da parte da Agência Portuguesa do Ambiente sobre este assunto bem como sobre o local em causa.

Solicitou também que o Senhor Presidente da Junta informasse a Assembleia sobre o resultado da reunião havida entre a Autarquia e a Empresa em causa.

Interveio o eleito Pedro Alves da CM que disse ter um **“ Voto de Louvor “ - Cidadão César Filipe Pires dos Santos**, registado com a letra A passando a ler o mesmo.

Handwritten signature and initials at the top right of the page.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que disse ir votar favoravelmente a Moção do BE, mas deixava dois registos sobre esta questão, sendo o primeiro o facto de nos últimos quatro anos não ter chegado a 1% a verba para a cultura aprovada no orçamento do Estado, e que o fixar dessa verba em 1% era um objetivo mas a questão fulcral estava no uso nacional dos recursos e a cultura tinha de ter uma estratégia e um financiamento adequado à mesma.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia disse que iria colocar à votação os documentos em conformidade com a ordem de entrega à mesa, iniciando pelo **Voto de Louvor- Cidadão César Filipe Pires dos Santos**, tendo o mesmo sido aprovado por **unanimidade**.

Seguidamente colocou a votação a **Moção “ Contra o Encerramento do Teatro Estúdio Ildefonso Valério ”**, tendo a mesma sido aprovada por **unanimidade**.

A Senhora Presidente da Assembleia informou o público presente que sendo esta a primeira Assembleia a ser transmitida, quem pretendesse intervir teria de assinar um documento de autorização da gravação de voz e de visualização ou não, pelo que a funcionária iria passar pelo público com o documento a fim de procederem às respetivas inscrições.

Logo após deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para intervenção e resposta às questões colocadas pelas bancadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e agradecendo também ao Centro Social e Cultural do Bom Sucesso pela disponibilização da sala.

Começou por responder à bancada do PS, dizendo que a Junta tinha sido completamente alheia ao post da CDU de Vila Franca de Xira e que assim que teve conhecimento chamou à atenção para algumas informações que não eram reais tendo as mesmas sido corrigidas.

Referiu a Comunicação Institucional dizendo que havia um novo logotipo que o mesmo já estava a ser utilizado e efetivamente não tinha vindo à Assembleia, situação que também ocorreu no passado, mas tinha sido necessário devido a problemas apresentados pelas gráficas em dificuldades na impressão quer com os dois brasões quer com o logotipo do avião pelo espaço ocupado a nível gráfico, daí ter havido a necessidade de se aprovar outra entidade visual mas que a nível oficial se iria manter os dois brasões.

Sobre a questão colocada da ocorrência de inundações em Arcena devido a entupimento de sumidouros disse desconhecer por completo, agradecendo que o eleito José Chumbo lhe fizesse chegar informação do local a que se referia.

Em resposta ao eleito João Mendes da bancada da CDU e sobre a regueira do Bom Jesus no Sobralinho, informou que a limpeza das linhas de águas em zona urbana era efetivamente da responsabilidade da Câmara Municipal e que tinha sido esta a contratar o serviço.

Mais informou ter tido conhecimento do mau serviço que tinha sido feito tendo-se deslocado ao local para verificação e também tinha já encaminhado informação para a Câmara Municipal a fim de este problema ser resolvido.

Em resposta ao eleito Pedro Alves da CM disse que o critério seguido para a colocação das iluminações de Natal teve por base as zonas de mais comércio, tendo sido esta colocação feita pela Câmara Municipal e relativamente ao mercado também a Junta teve colocado alguma iluminação.

Sobre o aumento de lixo e plano de contingência devido à época Natalícia e fim de Ano, disse ser responsabilidade da Câmara Municipal e aguardava essa informação, mas que de qualquer modo iriam estar sempre assegurados os serviços mínimos.

Em resposta à eleita Rita Aleixo e sobre as transmissões online disse que tardaram mas tinham acabado por chegar e que as autorizações tinham também demorado o seu tempo mas de qualquer modo mais valia tarde que nunca.

EP
Fátima Benuncas
7

Sobre as vivendas das OGMA disse que o problema não era haver falta de entendimento, mas sim perspectivas diferentes.

Mais disse que Alverca era uma das maiores Freguesias do Concelho e não tinha uma biblioteca condigna e com acessibilidade e que o espaço da biblioteca era alugado com custos bastantes elevados, referindo também que o local das vivendas das OGMA tinha todas as condições para isso pudesse acontecer.

Sobre mobilidade e o rebaixamento de passeios disse já terem sido feitos alguns trabalhos e que havia ainda muitos por fazer, informando que a Câmara Municipal tinha um gabinete para a mobilidade e que estava a ser feito um estudo sobre esta situação pois os trabalhos já realizados não estavam a ser feitos em conformidade com a lei e tinham sido suspensos. Referiu ainda que estes trabalhos eram uma competência da Câmara Municipal mas que estava a acompanhar.

Em relação ao asfaltamento da estrada de Arcena disse estar com um ano de atraso pelo facto de ter havido um acordo entre a Junta e a Câmara Municipal, devido à necessidade de ser feito um reperfilamento de toda aquela zona antes de recarga de betuminoso, mas que já tinha indicação que quer aquela artéria quer a Estrada da Proverba iriam ser objeto de intervenção até final do ano.

Em resposta à eleita Fernanda Gomes e sobre a questão dos maus cheiros disse esta situação ter apanhado todos desprevenidos.

Informou que a Empresa em causa tinha tido a necessidade de colocar em armazém um excedente da sua produção que ao entrar em processo de fermentação começou a libertar odores que se foram tornando cada vez mais intensos. Mais disse que a Junta esteve no local identificou o mesmo à brigada do ambiente da PSP, à Câmara Municipal e à Apa para intervenção nesta situação.

Do que lhe foi transmitido pelas autoridades competentes não havia um impacto a nível de saúde pública que fosse considerado de risco e que aguardava ainda da parte da DGVA alguma informação sobre este problema.

Referiu ter havido uma reunião entre a Junta e a Empresa em questão no sentido de se chegar a um consenso e acabar com este problema dos maus cheiros, tendo sido levantada a hipótese de incineração do produto, mas segundo a Empresa os custos eram incomportáveis, daí ter sido tomada a opção de a maior parte do produto ser retirado do armazém e servir como fertilizante para terras, fazendo reposição de novo produto. Disse que esta situação foi regularizada e que presentemente já não havia qualquer produto em armazém.

Sobre a qualidade do ar disse ser um problema grave mas a melhoria dessa qualidade passaria pela concretização da abolição das portagens em Alverca e consequentemente a retirada do trânsito que todos os dias circulava pela EN 10. Referiu que para além de ser uma ambição era também uma necessidade para que pudesse haver uma melhoria na qualidade do ar.

Em resposta ao eleito Rui Valadas sobre estacionamento e segurança rodoviária, referiu que no Impasse B realmente a situação era caótica pois havendo espaço próprio para estacionar ninguém o cumpria e que a solução passava unicamente pela intervenção da PSP.

Sobre a questão colocada sobre a rotunda na EN 10, disse o assunto ter sido remetido para a Câmara Municipal e para as Infraestruturas de Portugal e que a situação que tinha exposto estava a ser repensada na intervenção que ia ser feita na EN 10.

Referindo o problema das passadeiras disse que as mesmas não deviam ter sido retiradas pelo menos em alguns dos locais, pois mesmo após a pintura das mesmas a negro as pessoas continuavam a passar por lá.

Sobre a situação que apresentou da Rua Brigadeiro Alberto Fernandes com a Rua Cidade Devnia disse que iria ao local para analisar a questão e em caso de necessidade o processo seria encaminhado para análise da Comissão de Trânsito.

O eleito José Chumbo da bancada do PS pediu a palavra dizendo que o Senhor Presidente da Junta não tinha respondido à questão que colocou sobre os requerimentos e à demorada na resposta, e que o post da CDU, em novembro continuava com os mesmos erros.

Sobre o problema que ocorreu durante as últimas chuvas e que tinha provocado inundações na zona mais baixa de Arcena disse que tinha sido na rotunda da Rua Maria Lamas com a Rua José Augusto.

A Senhora Presidente da Assembleia interveio informando que já tinham chegado à mesa as inscrições do público e que todos os inscritos tinham autorizado a gravação de voz bem como de imagem, pelo que iria dar a palavra aos mesmos pela ordem de inscrição.

Interveio o Senhor Ricardo Leal Lemos, que cumprimentou todos os presentes dizendo que trazia duas questões tendo a primeira a ver com mobilidade sendo a outra uma nota que também queria deixar.

Sobre a mobilidade disse que tinha uma sugestão a fazer e seria também um alerta, referindo que Alverca tinha graves problemas de estacionamento sendo este um problema comum à generalidade das freguesias e que a sua sugestão era de que o Senhor Presidente da Junta junto da Câmara Municipal tentasse com que viesse a ser implementado um estacionamento de reserva residencial. Mais disse que efetivamente não seria a resolução do problema pois havia mais carros que lugares mas seria um alerta de se ficar com alguma noção das necessidades efetivas dos lugares de estacionamento em falta.

A nota que queria deixar era sobre a informação das datas de realização das Assembleias, dizendo ter tido conhecimento através do website da Junta, mas que seria bom antes da realização da primeira Assembleia Ordinária de cada ano pudesse ser publicitado as datas das mesmas, até como forma de se acabar com as desculpas de não se estar presente por falta de conhecimento atempadamente.

Finalizou congratulando por esta Assembleia estar a ser transmitida, fator que desconhecia e deixou um apelo a uma maior participação das pessoas.

Usou da palavra o Senhor José Miguel Morgado, que cumprimentou todos os presentes e disse que o assunto que trazia estava relacionado com a gestão dos três campos de ténis que eram propriedade da Junta. Disse ter tido conhecimento que essa gestão estava a ser feita pela UJA e como estava também ligado ao ténis, disse saber que desde trinta e um de agosto do ano corrente a escola tinha deixado de receber inscrições não estando inscrita na Federação Portuguesa de Ténis.

Referiu a UJA ter a funcionar duas escolas de ténis em simultâneo sem existir qualquer protocolo assinado em como lá podiam estar e que os dois campos junto à EN 10 estavam praticamente com ocupação a tempo inteiro não permitindo sequer à população aceder àquele espaço, situação que lhe aconteceu pessoalmente.

Pedia ao Senhor Presidente que informasse qual o ponto desta situação e se havia alguma novidade sobre este assunto.

Usou da palavra o Senhor Vitor Hugo Marques que disse o assunto que trazia tinha a ver com a Rua Senhora da Graça e com a Rua 9 de Agosto.

Começou por dizer que era uma pessoa muito fiscalizada por elementos da Junta referindo há pouco tempo ter estado a queimar umas folhas e passado pouco tempo por coincidência apareceu logo uma brigada da PSP, para além de também ser ofendido no site da Junta.

Sobre o assunto que trazia referiu que tinha a ver com o armazém da Empresa Kellogg's, na Rua Senhora da Graça, informando que os motoristas ao saírem do armazém teriam de o fazer pelo lado da auto-estrada, mas que não o faziam descendo a Rua 9 de agosto em direção ao Choupal em velocidades acima do permitido.

Pedia ao Senhor Presidente da Junta que fosse feito um reforço de sinalização a seguir ao armazém com um sinal de proibição para a circulação de pesados e também de limite de velocidade.

Referiu também que na rua paralela à estação e já após as obras feitas no local houve alguma destruição por parte de veículos pesados que por desconhecimento ainda se dirigiam para aquela área pois não tinha havido qualquer atualização a nível de GPS, nada indicando a proibição de circulação de pesados.

Falou da situação de três paletes que por esquecimento tinha deixado colocados em cima do passeio junto à sua residência, tendo sido acusado de pôr em risco as pessoas, pelo que alertava que na Rua



Senhora da Graça existia um contentor que cortava por completo a passagem pelo passeio tendo as pessoas de ir para a estrada, e que isso sim era uma situação de risco.

Deixou também um pedido ao Senhor Presidente da Junta para que intercedesse a fim de ser retirado um poste localizado na Rua do Barco estando o mesmo dois metros dentro da estrada, situação que já se arrastava desde as obras de alargamento da auto-estrada tendo já naquele local ocorrido vários acidentes. Sobre as homenagens que têm vindo a ser feitas disse que havia uma pessoa, o Senhor Luciano Ferreira, toda a vida ligado aos Bombeiros de Alverca e que ao longo dos anos tudo tinha feito em prol de Alverca, sendo merecedor de uma homenagem e de a receber ainda em vida, pelo que deixava o pedido para que numa próxima homenagem se pudessem lembrar do "Chefe" Luciano Ferreira.

Não havendo mais intervenções do público a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para responder às questões colocadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção em resposta ao Sr. Ricardo Lemos, dizendo que a mobilidade era um problema de difícil resolução e que havia carros a mais para o meio urbano que existia. Referiu o Bom Sucesso ser uma das zonas a nível do Concelho com o maior problema a nível de estacionamento, pois tinha havido um enorme crescimento, não tendo sido contempladas garagens e as áreas de estacionamento eram insuficientes.

Sobre a questão que tinha colocado do estacionamento residencial disse que iria analisar e debruçar-se sobre o assunto, mas referiu que no caso do Bom Sucesso o estacionamento à noite é só de residentes e que mesmo assim era insuficiente.

Relativamente à programação e publicitação das Assembleias no início de cada ano disse que era algo que iria acontecer, até porque o facto de as mesmas serem com transmissão requeria alguma programação atempada, para além de também ser mais fácil aos eleitos programarem as suas agendas com mais facilidade.

Terminou desejando-lhe umas boas vindas à União de Freguesias de Alverca e Sobralinho.

Em resposta ao Sr. José Morgado e sobre a situação dos campos de ténis, disse que até final do ano pensava ter a questão resolvida.

Informou que a Junta já tinha o caderno de encargos e que havia três entidades que estavam interessadas pelo que iria reunir com as mesmas. Referiu ainda que em qualquer dos três campos de ténis irá haver sempre hora vaga para quem pretenda fazer utilização do espaço e que até dia trinta e um de dezembro era a UJA a responsável pela gerência dos três campos independentemente de não a ter a secção de ténis.

Respondendo ao Sr. Vitor Marques disse que a ocorrência com a PSP que tinha referido aquando da queimada tinha sido uma coincidência pois para a Junta as ruas eram todas iguais.

Sobre a questão dos armazéns da Kellogg's, disse que iria verificar o que se estava a passar e também ver qual a melhor solução a nível de sinalização a colocar para resolver o problema.

Referindo a rotunda na estação disse existir sinalização de proibição de pesados mas o facto do GPS não se encontrar atualizado fazia com que se deslocassem para aquele local e forçosamente não conseguindo manobrar seguiam em frente, daí os estragos que tinham vindo a ser feitos com os custos desnecessários. Sobre a questão do contentor dentro do passeio disse que iria ao local verificar qual o melhor sitio para onde o mesmo pudesse ser deslocado e iria solicitar à Câmara Municipal que procedesse a essa deslocalização pois era da sua competência.

Referindo as homenagens disse que havia ainda muita gente a homenagear e que ficava registado o nome que tinha enunciado.

Terminadas as respostas ao público a Senhora Presidente da Assembleia questionou o Senhor Presidente da Junta no sentido de que se o mesmo pretendesse responder ao eleito José Chumbo poderia fazê-lo ainda antes de ser dado início à Ordem do Dia.

CP
Fátima Bernardo
7

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo ao eleito José Chumbo que os requerimentos que o mesmo tinha referido tinham sido respondidos tendo efetivamente ficado um por responder mas que já tinha sido também dado despacho.

Sobre o post da CDU disse que a informação que lhe tinha sido transmitida era que o mesmo já tinha sido corrigido.

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado o período antes da ordem do dia, passando à Ordem de Trabalhos e ao **Ponto 1 - Eleição de Um Vogal Para o Executivo da Junta de Freguesia**, tendo dado a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dirigindo ao Senhor António Dias um agradecimento pela sua disponibilidade e informando que o mesmo por motivos de ordem pessoal iria deixar o Executivo e tomar o seu lugar na Assembleia, e que propunham o eleito Pedro Ferreira para a sua substituição.

A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação o lugar de um Vogal para o Executivo, tendo-se sido eleito por **maioria, Pedro Filipe Faria Ferreira, com onze votos a favor e oito abstenções.**

A Senhora Presidente da Assembleia usou de novo a palavra informando que se iria passar à eleição de um lugar para a Mesa da Assembleia, solicitando ao Senhor Presidente da Junta que indicasse quem propunham para o lugar.

O Senhor Presidente no uso da palavra disse que propunham a eleita Maria de Fátima Bernardo.

A Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à votação o lugar para a Mesa da Assembleia, tendo sido eleita por **maioria, Maria de Fátima Bernardo, com onze votos a favor e oito abstenções.** Seguidamente pediu aos eleitos que assinassem o documento de tomada de posse para o exercício nas novas funções e dirigiu um agradecimento ao Sr. António Dias pela sua presença na Assembleia como membro da bancada da CDU.

Não havendo mais intervenções passou ao **Ponto 2 - Apreciação da Informação Escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia**, tendo dado a palavra ao mesmo.

O Senhor Presidente da Junta começou por dizer que estava disponível para questões que pretendessem colocar e deixava uma nota sobre este ponto referindo a análise orçamental da receita e despesa, referenciou que o grau de execução da receita era já igual ou até superior à realizada no ano anterior e que era um fator relevante pois sem haver receita não podia haver despesa.

Foi dada a palavra às bancadas, iniciando intervenção o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse a sua questão ter a ver com os contratos, situação esta também muito cara à bancada do CDS.

Referiu o elevadíssimo número de contratos de prestação de serviços, modelo este que tantas vezes foi alvo de críticas pela CDU quando oposição e acusava o anterior Executivo de promover o emprego precário em detrimento da contratação coletiva.

Mais disse que a CDU atualmente no poder estava a ter não só uma visão capitalista como tudo fazia para explorar o trabalho precário e barato.

Referiu que dez dos contratos iam para além do mandato situação que não podia deixar de criticar pois há um ano atrás o Senhor Presidente da Junta em resposta à sua pessoa e ao eleito Rui Valadas do CDS, disse que todos os contratos teriam sempre o limite do mandato.

Ainda sobre os contratos frisou que seis deles tinham sido feitos por ajuste direto e outros seis por

OP
F. Almeida
7

consulta prévia, os últimos em âmbito restrito, dizendo também que não havia clareza nos processos, não havia publicação de caderno de encargos e que a Assembleia no exercício da sua competência como órgão fiscalizador estava impedida de exercer a sua função sendo unicamente um veículo de tomada de conhecimento.

Interveio a eleita Fernanda Gomes da bancada da CDU que sobre a reunião havida entre a Junta e a Câmara Municipal sobre as transferências de competências, disse que pretendia saber em que ponto estava a situação e se tinha havido algum desenvolvimento sobre esta questão.

Usou da palavra a eleita Rita Aleixo da bancada do BE que perguntou ao Senhor Presidente da Junta quais eram as perspetivas relativamente ao encerramento do balcão da Caixa Agrícola no Sobralinho e se tinha ficado algo em cima da mesa após a reunião havida em novembro.

Interveio o eleito Rui Valadas do CDS que disse um dos pontos que trazia tinha a ver com os contratos, mas que iria ficar a aguardar os cadernos de encargos e sobre os prazos dos mesmos ultrapassarem o limite do mandato não estava em conformidade com o que o Senhor Presidente da Junta tinha afirmado há um ano atrás.

Ainda sobre os cadernos de encargos nunca estarem disponíveis disse que gostava de saber qual era a dificuldade nesta situação.

A segunda questão que trazia tinha a ver com o Conselho Municipal de Segurança realizado em dezassete de setembro em que teve conhecimento que a Junta não esteve representada e constando na informação escrita do Senhor Presidente gostaria de saber onde estava efetivamente o erro de informação. Referiu que tendo sido um dos temas abordado o aumento do índice de criminalidade em casos de violência doméstica, aumento esse registado em Alverca, pretendia saber se o Senhor Presidente da Junta estava a acompanhar a situação e se tinha conhecimento do que estava a ser feito por parte das Entidades competentes.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para resposta às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta começou por responder ao eleito José Chumbo e sobre os contratos informou que todos eles estavam publicados na base GOV, à semelhança quer da Câmara Municipal quer de todas as Juntas do Concelho bem como a nível de todo o País.

Informou que em nenhuma das Entidades estavam publicados os cadernos de encargos pelo facto de a base GOV não permitir que isso fosse feito, mas em caso de os pretenderem analisar os mesmos estavam na Junta disponíveis para consulta.

Sobre a questão da consulta prévia e do ajuste direto disse estar restritamente a cumprir o que estava determinado na Lei.

Referindo a situação colocada de haver contratos que excediam o tempo do mandato disse não concordar pois tudo tinha a ver com o que era definido como limite do mesmo, referindo que as eleições eram em outubro as tomadas de posse em novembro e que ninguém no espaço de um mês teria condições para fazer qualquer contratação de serviços, daí o contrato mais prolongado terminar em dezembro pois havia que acautelar determinadas situações.

Em resposta à questão colocada pela eleita Fernanda Gomes, disse ter havido uma reunião com todos os Presidentes de Junta e com o Senhor Presidente da Câmara sobre as transferências de competências, tendo o mesmo apresentado qual era a vontade e o projeto da Câmara Municipal.

Disse que o Senhor Presidente da Câmara tendo em conta a evolução substancial verificada nos montantes a pagar em salários reconheceu a situação e disse que iria fazer uma atualização nas verbas a

CP
Rui Valadas
40

transferir com retroativos desde janeiro do corrente ano para compensação desses aumentos de custo referente ao fator humano.

Referiu que relativamente à higiene urbana e zonas verdes onde havia um aumento a rondar os dez por cento na mão de obra, a Câmara Municipal informou que o valor a pagar se iria manter.

Mais disse que a Junta só iria aceitar as transferências de competências se houvesse condições para fazer um serviço que respondesse às necessidades da população e se houvesse dinheiro para o pagamento de vencimentos, caso contrário não iria aceitar.

Referiu que se houver uma definição sobre valores e esses forem de encontro ao custo real do trabalho aceitará as competências, caso contrário não tendo condições para as realizar, não havendo dinheiro quer para salários quer para contratação de serviços não irá aceitar.

Ainda em resposta ao eleito José Chumbo e referindo a afirmação feita pelo mesmo em que não havia valorização do trabalho, mas sim aumento de contratação de serviços, disse não ser verdade muito pelo contrário pois muitos trabalhos que anteriormente eram feitos através de contratação de serviços estavam a ser feitos por via interna com mão de obra da Junta de Freguesia, aliás situação esta refletida quer no orçamento anterior quer no atual com o aumento significativo de valor alocado à compra de matérias primas.

Mais disse que o eleito José Chumbo até pelos anos que já tinha na Assembleia deveria saber que as Juntas tinham um limite à contratação pública e que esse limite não podia ser ultrapassado. Referindo a contratação de pessoal disse que já tinham sido integrados seis funcionários, decorria a admissão de mais dois e que estava ainda previsto admitir mais seis funcionários, mas caso não se viesse a concretizar a aceitação da delegação de competências também não valeria a pena admiti-los.

Em resposta ao eleito Rui Valadas, disse já ter respondido à questão dos contratos e sobre a situação que referiu do aumento dos índices de violência doméstica, disse ter tido conhecimento e que estava a acompanhar a situação havendo um longo caminho a trilhar nesta área e que a Junta iria continuar atenta e a promover campanhas de sensibilização e divulgação deste problema. Mais disse que sobre a primeira questão que o eleito tinha colocado informou ter sido um erro da Junta de Freguesia.

Sobre a questão do encerramento da agência do Crédito Agrícola no Sobralinho e em resposta à eleita Rita Aleixo informou que teve uma reunião com o Senhor Presidente da Caixa Agrícola sobre esta situação tendo o mesmo apresentado como motivos o baixo índice de clientela que não justificava o balcão continuar a funcionar.

Disse que apresentou várias questões ao Senhor Presidente da Caixa Agrícola, não só por ser a única agência existente no Sobralinho bem como existirem para além de Empresas, também o Centro Social do Sobralinho, que talvez pudessem vir a contribuir para o aumento do movimento a nível do balcão, mas que da parte da Caixa Agrícola lhe foi informado que a decisão do encerramento já tinha sido tomada, iria continuar em funcionamento a caixa multibanco e as contas iriam ser transferidas por uma questão de maior proximidade para a agência da Caixa Agrícola em Alverca.

O eleito Rui Valadas do CDS usou da palavra e sobre a intervenção feita pelo Senhor Presidente da Junta disse que registava o mesmo hoje ter afirmado que a base GOV não permitia a publicação dos cadernos de encargos contrariamente ao que há seis meses atrás tinha afirmado, pois não tinha sido essa a informação dada.

Sobre a justificação que apresentou dos prazos dos contratos disse que a mesma não servia de justificação pois o limite do mandato era o limite do mandato e a preocupação demonstrada para com o futuro Executivo seja ele qual for parecia-lhe algo exagerado até porque disse, um dos contratos que tinha verificado terminaria em agosto parecendo-lhe que sete meses era uma preocupação algo exagerada.

Interveio o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse fazer das palavras do eleito Rui Valadas as suas palavras e que tinha uma nota a deixar ao Senhor Presidente da Junta que há um ano atrás tinha

CP
Tff'cit - de m...
10/

dito que os contratos estavam cheios de letrinhas pequeninas, pelo que esperava que o próximo Executivo não viesse a ser confrontado com as letrinhas pequeninas.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e dirigindo-se ao eleito José Chumbo, disse que os contratos estavam à disposição se os quisesse ver e não seria necessário levar a lupa e que aquilo que o eleito tinha acabado de fazer não era de pessoa honesta e idónea.

O eleito José Chumbo interveio perguntando ao Senhor Presidente da Junta quantos eleitos tinha o Executivo.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos passando ao **Ponto 3 - Proposta de Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – Aprovação.**

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que disse este ponto ser em tudo igual e similar ao que já tinha sido colocado em anos anteriores e em conformidade com aquilo que também era feito pela Câmara Municipal e pelas Juntas de todo o Concelho e vinha da necessidade e no âmbito da gestão do dia a dia. Disse que os contratos plurianuais eram os que derivavam do plano de orçamento e investimentos e que tendo mais de um ano económico a Lei requeria que os contratos ou a proposta para assunção de compromissos plurianuais com a lista dos respetivos contratos viesse à Assembleia para aprovação, daí trazer este ponto.

Pediu a palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que disse não ir colocar qualquer questão ao Executivo pois já conhecia as suas respostas, mas ia passar a ler uma declaração composta por quatro pontos.

Referia na mesma não se verificar no momento do mandato uma necessidade evidente para que esta situação tivesse de decorrer, que se estava a menos de vinte e quatro meses do fim do mandato e os ganhos de escala seriam residuais, os contratos iam para além do termo do mandato e a informação sobre os mesmos remetia para os cadernos de encargos que não estavam publicados. Mais disse que não tendo sido possível fazer uma avaliação concreta aos contratos existentes, a sua bancada não iria viabilizar o ponto rejeitando o pedido feito à Assembleia.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta disse ser já pela segunda vez que o mesmo se dirigia à sua pessoa com palavras menos próprias.

Sobre o ponto em questão e conforme tinha vindo a ser dito em anos anteriores um dos papéis da Assembleia era o de fiscalizar os atos do Executivo e que ao ser concedida esta autorização era como passar um cheque em branco, desresponsabilizando a Assembleia no seu papel fiscalizador passando a mesma a ter unicamente conhecimento dos atos.

Mais disse que a CDU quando estava na oposição quer em Assembleias quer na Câmara, a sua posição era a de querer e exigir um papel fiscalizador, mas que quando estava no poder tinha uma posição completamente diferente e o papel invertia-se.

Citou intervenções feitas pelos Vereadores da CDU, Nuno Libório e Carlos Patrão em reunião de Câmara, dizendo que ficava sem saber quem é que falava verdade, quem era incoerente, quem tinha vergonha do passado e quem é que não era pessoa idónea.

O Senhor Presidente da Junta interveio e em resposta ao eleito José Chumbo, disse que a coerência se mantinha nos atos e naquilo que eram as práticas. Referiu apesar de o eleito não o ter dito, mas que na Assembleia Municipal os eleitos da bancada da CDU aquando da votação da Assunção dos Compromissos Plurianuais e pelo princípio da coerência e honestidade se tinham absterido não tendo querido interferir, e que ele próprio tinha votado favoravelmente.

OP
ifait 30/06/20
A

Interveio o eleito Pedro Alves da bancada da CM que referiu o argumento apresentado pelo Senhor Presidente da Junta no ano passado em que o mesmo dizia que a autorização capacitava o Executivo para uma gestão a longo prazo e com uma melhor capacidade de negociação e que após ter analisado os contratos e pela extensão dos mesmos perguntava ao Senhor Presidente se era mesmo necessário esta autorização ou se já tinha tudo acautelado.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra e em resposta ao eleito Pedro Alves, disse não estar tudo acautelado, pois quer na área de higiene urbana quer zonas verdes não havia contratos e no caso de se manter as transferências de competências os funcionários da autarquia eram em número insuficiente e teria de se contratar serviços.

Disse que os serviços têm estado a ser feitos anualmente havendo sempre grandes dificuldades em fazer contratação no início de cada ano. Referiu o Gabinete de Inserção Profissional dizendo tratar-se de um contrato com duração de três anos feito com o IEFP, e referiu também a questão do apoio jurídico que sendo também um serviço social era para manter.

Referiu que alguns serviços não tinham como ser realizados por meios internos e tinha de se recorrer a contratação mas que a mesma feita a longo prazo trazia sempre redução substancial nos custos.

Não tenho havido mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria - com oito votos contra, nove votos a favor e duas abstenções.**

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 4 - Proposta de Orçamento de Receita e Despesa e Planos PPA e PPI Para 2020 – Aprovação**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra pedindo permissão para passar a palavra ao Senhor Tesoureiro para apresentação deste ponto, dizendo também estar disponível para questões que pretendessem colocar.

Usou da palavra o Senhor Tesoureiro da Junta que começou por dirigir um cumprimento a todos os presente e um agradecimento ao António Dias pela sua disponibilidade e dizendo ter sido uma honra partilhar com ele o Executivo e que mesmo deixando o seu lugar o António Dias tinha feito menção de continuar retomando o lugar como membro da Assembleia.

Desejou também as boas vindas ao Pedro Ferreira com votos de sucesso nesta nova etapa como membro do Executivo.

Sobre a proposta do orçamento da receita e despesa para o ano de dois mil e vinte passou a ler um documento de apresentação do mesmo onde era salientado o princípio da legalidade, a estabilidade orçamental, a autonomia financeira e a transparência.

É feita referência que este orçamento tinha por base uma melhor prestação de serviços à população, mas que continuava por força das circunstâncias a apresentar valores abaixo dos que seriam necessários para dar resposta às efetivas necessidades da população.

Refere também no documento que todos podiam contar com o Executivo que faria das adversidades a força necessária para uma União de Freguesias com uma melhor condição de vida para todos os que nela escolheram viver ou trabalhar.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas.

Interveio o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse sobre este ponto iria apresentar uma visão em parte política e em parte económica.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

pagamento para fazer a feira, mas que reiteravam avançar na mesma com a ideia mas com uma diferente nomenclatura que mais tarde passaria a explicar.

Interveio o eleito Pedro Alves da bancada da CM dizendo ter para apresentar a visão estratégica da CM para a Freguesia, começando por dizer que o orçamento representava a capacidade de gestão e execução do Executivo, referindo ter conhecimento das dificuldades de gestão existentes já referidas pelo Senhor Presidente da Junta devido à insuficiente capacidade orçamental.

Ainda assim disse que era inerente à boa capacidade de gestão do Executivo capacitar o orçamento com alguma folga necessária para que pudessem ser concretizadas algumas das ideias propostas, não só as que não careciam de grande dotação orçamental referindo a proposta do BE bem como outras ideias ou objetivos mais estruturais.

Mais disse que a visão da CM para modernizar e capacitar a Freguesia para o futuro, passava por vários fatores incluindo a publicidade, a divulgação e o apoio às iniciativas da Assembleia de Freguesia; a continuação da dinamização e divulgação das iniciativas do Movimento Associativo e apoio ao mesmo, bem como a manutenção dos arruamentos e também a proteção ao estacionamento ilegal.

Sobre o comércio local disse que era importante promover e dinamizar o mesmo, trazendo as pessoas para a rua, dando como exemplo criar as noites do comércio local, bem como o alargamento de horários do comércio em altura de festas.

Referiu os mercados dizendo que era necessário dinamizar estes espaços, tornando-os mais apetecíveis passando a ser não só um ponto de encontro de pessoas mais idosas como também um local de encontro dos jovens.

Disse também que uma das ideias da CM que gostariam de ver implementado era o fechar de algumas ruas para promoção de atividades quer desportivas, culturais ou de outro âmbito, e a criação de esplanadas, fazendo com que as ruas deixem de ser somente para mera passagem e passem também a ser um meio da lazer.

Sobre a população jovem referiu a criação do Skate Park e o incentivar do desporto ao ar livre trazendo os jovens mais para a rua.

Terminou a sua intervenção dizendo que o orçamento apresentado não era o orçamento da Coligação Mais, mas que ainda assim conseguiam ver no orçamento para o ano seguinte algumas das ideias apresentadas pela sua bancada.

Usou da palavra a eleita Fernanda Gomes da bancada da CDU dizendo que a sua bancada não tinha qualquer questão a apresentar ao Executivo relativamente aos meios humanos, materiais e técnicos e que após analisarem o documento, este era o orçamento possível para fazer face às necessidades da população, pois também não existia uma verdadeira correlação entre o conjunto das competências atribuídas e as capacidades financeiras da Junta, situação esta que na generalidade se verificava em todo o País.

Não havendo mais intervenções das bancadas a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dirigindo-se à bancada do PS e referindo o email recebido da mesma sobre o direito de oposição, disse que o orçamento era o resultado do que era a escolha da população e no cumprimento dessa escolha trazia este orçamento.

Mais disse não ter qualquer pretensão em dizer se este era o melhor orçamento, mas que era sem dúvida o resultado daquilo que eram as necessidades momentâneas e por isso prioritárias.

Sobre a dinâmica do orçamento disse haver um grande equívoco sobre o que era a despesa corrente e o que era a despesa de investimento bem como o que era o dinheiro disponível para investimentos e o que era o dinheiro disponível para internalizar serviços, referindo também que por um lado a Junta era criticada por não internalizar serviços e por outro lado era criticada por não fazer investimentos.

OP
M. A. de Barros
47

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta disse que o mesmo defendia um rumo para a União de Freguesias e que a bancada do PS defendia outro rumo, mas que não tinha qualquer dúvida que aquilo que os unia era ambos quererem o melhor para a União de Freguesias.

Referindo-se à intervenção do eleito Rui Valadas disse que em conformidade com o que o mesmo tinha dito, gostava também de ter alguns esclarecimentos sobre a questão do Conselho da Cidade e como tudo se iria processar.

Começou por dizer que a questão dos monos era efetivamente um grande problema e servia também como justificativo ao Executivo referente à receita. Falou que o Senhor Presidente da Junta tinha um discurso de vitimização pois o que fazia era sempre bem feito e o que não se conseguia fazer desculpabilizava-se sempre pondo a culpa nos outros.

Referiu pretender um esclarecimento sobre a existência de uma rubrica no orçamento da receita relativo aos canídeos no valor de nove mil euros, situação que estranhava pois segundo tinha tido conhecimento já não cabia à Junta esta competência.

Disse ainda que na Assembleia Municipal realizada na SFRA, na qual esteve presente, bem como o Senhor Presidente da Junta também, na intervenção feita pelo Senhor Presidente da Câmara o mesmo disse que iria enviar para as Juntas uma verba de dezasseis mil euros como reforço, para fazer face ao aumento de despesa referente a salários, e que esperava mais tarde ver esta verba alocada em alguma rubrica, talvez até para algum investimento.

Referiu que o Senhor Presidente da Junta falava sempre no passado mas relativamente ao futuro, às perspetivas, ao que se pensava fazer, qual o fator diferenciado perante as outras freguesias, sendo como o mesmo referiu e bem, Alverca uma das maiores Freguesias do Concelho, disse nada ver no documento apresentado e que iria terminar a sua intervenção com uma Declaração de Voto solicitando autorização à Senhora Presidente da mesa para passar à leitura do documento.

Referia o mesmo, este orçamento não ter estratégia nem ambição, não haver dinâmica, nem estar apresentado um projeto que pudesse ser entendido como instrumento de mudança e que a Junta não era um agente mobilizador, pelo que a bancada do PS ia votar contra este orçamento.

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para resposta às bancadas.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção e dirigindo-se ao eleito José Chumbo da bancada do PS começou por dizer que os argumentos que o mesmo apresentou para justificar o voto contra, nem tudo era verdade, e que iam votar contra porque efetivamente este não era o orçamento do PS.

Mais disse e referindo a Assembleia Municipal na SFRA e sobre a verba de dezasseis mil euros que o eleito tinha referido, não estar correto pois o Senhor Presidente da Câmara tinha efetivamente referido esse assunto em reunião na Câmara, dizendo que iria enviar um reforço de verba para as Freguesias no âmbito das transferências de competências. Referiu que essa verba não tinha ficado definida nem sequer tinha sido recebida, situação pela qual não estava nem inscrita a nível do orçamento nem no saldo de gerência, pois em termos de rigor e não por motivos de desconfiança não tinha inserido uma receita quando não havia qualquer comprovativo de entrada da mesma apesar de ter conhecimento de algumas Juntas já o terem feito.

Sobre a questão dos canídeos disse ter saído uma portaria, mas segundo o parecer pedido à CCDR, a resposta foi que continuava a caber às Juntas fazer o registo e licenciamento de canídeos e gatídeos, dando-se assim cumprimento a esse mesmo parecer até indicações em contrário.

Disse não ter muito mais para falar sobre esta questão do orçamento e que a bancada do PS só tinha de assumir que não se revia no mesmo, e sobre a capacidade de estratégia e de crítica que o eleito disse não existir não era verdade e não tentasse assim encontrar propósitos que não eram realizáveis.

CP
Faith in Science

Terminou a sua intervenção referindo que mesmo sem inscrição das verbas referentes aos monos, às eleições e ao cemitério, mesmo assim tinha havido um aumento na receita devido em grande parte à publicidade das Empresas e ao mercado, mas que a verba a inscrever na receita tinha sempre por base a média dos últimos vinte e quatro meses.

Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia informando que iria dar a palavra às bancadas para intervenção da eleita Rita Aleixo do BE.

Iniciou a sua intervenção dizendo que ia deixar claro o sentido de voto da sua bancada, referindo que este orçamento tinha medidas positivas, algumas delas constavam também do programa do BE, referindo caso o balcão virtual, as campanhas do ambiente e cidadania, a criação do Conselho da Cidade e também a importância da substituição da rega manual pela automática permitindo alguma redução no consumo de água. Mais disse não ver ainda sinais de abandono de utilização de produtos fito-sanitários e que se continuava a recorrer à contratação de empresas externas e a contratos emprego-inserção com o IEFPP para a limpeza urbana.

Referiu saber das dificuldades existentes nesta área da higiene urbana, mas havia que encontrar alternativas e deixar de se recorrer quer à contratação externa quer à utilização de trabalhadores na situação de desemprego que trabalhavam sem deixarem de estar desempregados, e também havia que pugnar pela defesa do ambiente e da saúde.

Terminou a sua intervenção dizendo que a sua bancada não ia ser um obstáculo ao trabalho da Junta, este não era o orçamento do BE, e que se iriam abster na votação do mesmo.

Usou da palavra o eleito Rui Valadas da bancada do CDS, que disse aguardar ainda que o Senhor Presidente da Junta se pronunciasse sobre a questão colocada do Conselho da Cidade, bem como sobre a modernização dos serviços e parte informática tendo em conta a reduzida verba alocada para esses objetivos.

Mais disse que o CDS reiterava que o orçamento devia refletir uma estratégia integrada e coerente que neste caso era a da CDU e que em conversa já tida com o Senhor Presidente da Junta lhe tinha dito que num orçamento nem tudo era mau e nem tudo era bom e que neste caso esta era a visão do Executivo.

Referiu estar para contribuir com as suas críticas a fim de algo se poder melhorar e que não se tratava de concordar ou discordar, mas que este não era o orçamento da sua bancada.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que disse registar ser já o terceiro orçamento em que o Senhor Presidente da Junta repetia a mesma retórica e que esperava que o próximo orçamento fosse mesmo o apresentado pelo Executivo.

Interveio o Senhor Presidente da Junta que em resposta ao eleito José Chumbo disse que era uma regra do pocal, na construção do orçamento ser feita a média dos últimos vinte e quatro meses, situação esta refletida no documento apresentado e que no próximo seria exatamente igual, pelo que o eleito não colocasse questões onde elas não existiam.

Sobre o Conselho da Cidade disse que era um objetivo estratégico do Executivo, integrar o Movimento Associativo, diversas Entidades e também um grupo de Alverquenses, que mostraram a sua vontade em participar neste contributo para uma visão e reflexão não só sobre a Cidade, mas também sobre as Freguesias, para uma intervenção que venha a contribuir para o seu desenvolvimento.

Mais informou que iria reunir com as várias entidades a integrar este projeto para conjuntamente analisarem o mesmo e posteriormente seria também criado um Regulamento para o seu funcionamento.

Em resposta à eleita Rita Aleixo disse que não era vontade da Junta aplicar os produtos fito-sanitários, mas com os meios humanos de que dispunha não havia de momento outra solução, havia sim uma redução substancial nessa aplicação e era complementada através de monda mecânica.

of.ª Teresa
EP
2020

Sobre os contratos emprego-inserção disse que se houvesse essa possibilidade não teria ninguém ao serviço nessas condições, mas referiu que no caso de pessoas que estavam a receber o rendimento social de inserção disse este ser ainda o único meio de receberem mais algum dinheiro em subsídio de alimentação e transporte pago pela Junta.

Terminou dizendo que gostaria de ter condições financeiras para ter funcionários e mão de obra própria da Junta, mas que não via essa possibilidade a curto prazo.

Não tendo havido mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria - com oito votos contra, duas abstenções e nove votos a favor.**

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 5 - Proposta de Mapa de Pessoal para 2020 – Aprovação**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que sobre esta proposta disse ser idêntica à do ano anterior, informando que estava a decorrer um concurso público para dois postos de trabalho e que se esperava no início do ano este processo estar em fase de finalização e poder-se proceder à contratação o mais rápido possível.

Mais disse que a alteração a registar nesta proposta tinha a ver com os cinco lugares de assistentes operacionais, lugares que foi necessário retirar pois não se podia continuar a manter a verba cativa, e caso a transferência de competências para a Junta se viesse a efetivar, traria novamente o mapa de pessoal a fim de o mesmo voltar a ser alterado.

Não tendo havido mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria - com oito abstenções e onze votos a favor.**

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 6 - Proposta de Alteração do Regulamento de Trânsito do Município de Vila Franca de Xira, Anexo de Alverca do Ribatejo (Travessa do Valongo) – Aprovação**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta interveio pedindo autorização para dar a palavra ao Senhor Tesoureiro do Executivo para que este passasse a apresentar este ponto.

Usou da palavra o Senhor Tesoureiro dizendo que esta proposta vinha no seguimento de um pedido feito por um munícipe, em que o mesmo tinha levantado a questão do estacionamento naquela artéria tendo em conta a presença da AIPNE naquele local.

Informou não ter sido feita qualquer alteração, tendo unicamente sido inscrito no Regulamento de Trânsito pois não constava ainda no mesmo, e por esse motivo e tratando-se de uma única artéria não tinha dado qualquer informação prévia à Comissão de Trânsito.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS, que disse nada ter contra e questionou o Senhor Tesoureiro se neste caso a proposta se considerava já concluída ou se ainda iria baixar à Comissão de Trânsito.

O Senhor Tesoureiro interveio dizendo que neste caso não via essa necessidade daí não ter enviado qualquer documentação, e que brevemente iria fazer chegar à Comissão de Trânsito alterações num conjunto vasto de artérias para análise.

Não tendo havido mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade - com dezanove votos a favor.**

EP
M. A. Fernandes
47

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 7 - Proposta de Alteração Ao Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo – Aprovação**, dando a palavra ao Senhor Presidente da Junta.

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção e referindo a documentação deste ponto disse constar no mesmo um anexo que devia ter sido enviado conjuntamente mas por lapso não o tinha sido apresentando as suas desculpas pelo ocorrido.

Mais disse que esta proposta já tinha sido discutida em reunião anterior e que no documento que trazia à Assembleia já constava quer as alterações quer as correções propostas.

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra às bancadas para intervenção.

Usou da palavra o eleito José Chumbo da bancada do PS que referiu ter sido a eleita Joana Simões a acompanhar este processo, mas que de qualquer modo a bancada do PS não tinha recebido a documentação na totalidade. Disse ter sido feito um trabalho digno, que o documento tinha vindo a ser trabalhado ao longo de um ano e que o mesmo era necessário para regulamentar o apoio ao Movimento Associativo, mas que na fase presente não havia condições para o analisar na íntegra e na sua opinião pessoal o ponto devia ser retirado.

Interveio o Senhor Presidente da Junta dizendo que no Regulamento que vinha para aprovação constavam todas as alterações propostas, o que não tinha sido enviado era o anexo que constava no mesmo.

Usou da palavra a eleita Joana Simões da bancada do PS que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta disse efetivamente constar no documento as alterações, mas tinha a informar que na reunião realizada no dia sete de novembro em que esteve presente conjuntamente com representantes de outras bancadas, excetuando a CM e a Senhora Presidente da Assembleia, referiu a presença pelo Executivo da eleita Carla Tavares e deixava a nota que no documento agora enviado era referido a presença dos Líderes de Bancada o que não estava correto.

Mais informou que a reunião tinha sido extensa e que os trabalhos tinham sido em parte concluídos ficando por analisar e definir os critérios tendo ficado decidido o agendamento de uma segunda reunião para a sua conclusão, reunião essa que não chegou a ser realizada, daí o documento não ter sido trabalhado na sua totalidade nem estar finalizado e que visto essa situação a sua bancada iria pedir a retirada do ponto.

Interveio o Senhor Presidente da Junta que referiu este documento poder vir a ser retirado se essa fosse a vontade das bancadas mas que teria de se marcar uma Assembleia Extraordinária pois por questões relacionadas com o Movimento Associativo este documento teria de ser aprovado até ao final do mês de fevereiro.

Usou da palavra a eleita Fernanda Gomes da bancada da CDU que sugeriu que este ponto fosse retirado dizendo que a forma como o mesmo estava apresentado poderia ser utilizado em caso de publicação, mas na realidade a sua configuração não era a mais indicada nem perceptível para poder ser analisado em condições.

Usou da palavra o eleito Amândio Delfino da bancada do BE dizendo que estava de acordo com a questão levantada pela eleita da bancada do PS, pois não tinha sido discutido a parte relativa aos critérios.

Interveio o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que disse também estar de acordo com o que já tinha sido referido pelas outras bancadas, pois na reunião tinham falado sobre os critérios mas nada tinha ficado decidido nem definido e que o documento para ser melhor analisado deveria estar completo.

OP
Fátima Bernardo
7

Usou da palavra a Senhora Presidente da Assembleia que disse que tendo em conta a vontade expressa pelas bancadas o ponto ia ser retirado e seria agendada uma Assembleia Extraordinária a marcar até dia vinte e dois de fevereiro para discussão e aprovação do mesmo.

A Senhora Presidente da Assembleia passou ao **Ponto 8 - Proposta de Regulamento de Funcionamento do Orçamento Participativo na Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho – OP Geral e OP Jovem – Aprovação.**

A Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra dizendo tratar-se do ponto que ao início da sessão pediu para ser acrescido à ordem de trabalhos, referindo que este documento tinha tido o seu início aquando do Orçamento Participativo de dois mil e dezanove e que tinha vindo a ser trabalhado e melhorado em conjunto por todas as bancadas. Mais disse este Regulamento tratar-se de uma ferramenta essencial para o Orçamento Participativo de dois mil e vinte que iria ter início já em janeiro, daí o documento vir para discussão e aprovação.

Deu a palavra às bancadas, intervindo o eleito Rui Valadas da bancada do CDS que disse ter uma breve nota a deixar, pois contrariamente ao que usualmente fazia não se tinha pronunciado sobre o texto final, deixando que as outras bancadas o fizessem e que iria agora fazê-lo. Mais disse concordar com o texto pois refletia opções propostas pelo CDS, já apresentadas também aquando do OP de dois mil e dezanove e que o facto de ser possível o envolvimento dos alunos das Escolas da União de Freguesias neste processo ia contribuir para a criação de Cidadãos não só mais ativos como também mais participativos no futuro.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta que disse ter sido feito um excelente trabalho e que deixava uma informação importante dizendo que só era possível implementar um projeto em cada ano e que o projeto vencedor do OP de dois mil e dezanove iria ser implementado em dois mil e vinte, alertando que o projeto a vencer o OP dois mil e vinte, só poderia vir a ser implementado em dois mil e vinte um, razão pela qual pedia que na publicitação do OP essa informação fosse devidamente transmitida à população.

Não tendo havido mais intervenções a Senhora Presidente da Assembleia colocou este ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade - com dezanove votos a favor.**

O Senhor Presidente da Junta usou da palavra dizendo que trazia uma pequena oferta simbólica para todos os eleitos em reconhecimento do trabalho de todos em prol da Freguesia.

Usou da palavra o eleito José Chumbo que dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta disse que afinal as comissões até funcionavam chegando-se sempre a um bom entendimento entre todos e que desejava também um bom Natal.

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia, solicitou à eleita Fátima Bernardo, primeira secretária, que passasse à leitura da ata minuta nº.14, a qual foi votada e aprovada por unanimidade, encerrando de seguida a sessão.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Carla Silva

A Primeira Secretária

Ílida Bornaard

A segunda Secretária

Marina Isabel Dias Pereira